Práticas de contracolonialidade em *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves

Counter-colonial practices in *A Color Defect*, by Ana Maria Gonçalves

Elane da Silva Plácido (doutora/IFBA)[1]

Resumo: *Um defeito de cor* (2006), obra de ficção de Ana Maria Gonçalves, merece uma releitura por vários motivos: 1) porque, em face de sua historicidade, o livro é uma revisão da formação histórica do Brasil narrada pela voz de uma mulher negra; 2) porque a obra retrata práticas contracoloniais dos escravizados, suas forças e resistências; 3) porque o livro é um artefato estético por apresentar um modelo com características históricas e ancestrais, dessa forma a obra aborda de maneira contundente vários modos de representação africana e mostra o lugar de fala de uma voz feminina que era silenciada. Pensando nisso, vamos, neste artigo, discutir as práticas de contracolonialidade observadas na trajetória de Kehinde, a partir dos estudos de Santos (2023); Ribeiro (2019); Quijano (2010); Mbembe (2018) e outros.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea. Autoria feminina. Contracolonial. Ana Maria Gonçalves.

Abstract: *Um defeito de cor* (2006) (*A color defect*, in direct translation), a work of fiction by Ana Maria Gonçalves, deserves a rereading for several reasons: 1) because, given its historical nature, the book is a revision of Brazil's historical formation narrated by the voice of a black woman; 2) because the work portrays the counter-colonial practices of enslaved people, as well as their strengths and acts of resistance; 3) because the book serves as an aesthetic artifact by presenting a model with historical and ancestral characteristics. Thus, such work addresses, pungently, various modes of African representation and shows the place of speech of a female voice that was previously silenced. With this in mind, this paper discusses the counter-colonial practices observed in Kehinde's journey, from the studies of Santos (2023); Ribeiro (2019); Quijano (2010); Mbembe (2018); among others.

Keywords: Contemporary Brazilian literature. Female authorship. Counter-colonial. Ana Maria Gonçalves.

1. Doutora pela UFS; Professora substituta de Língua Portuguesa no Instituto Federal da Bahia – IFBA, Campus Lauro de Freiras. Tutora em EaD do curso de Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. E-mail: placido1185@gmail.com. ORCID

Submissão: 27 jul. 2026 **Aceite**: 25 set. 2026

10.47250/forident.v43n1.p157-171

Introdução

O romance de Ana Maria Gonçalves *Um defeito de cor* (2006) conta a história de vida de uma mulher negra, ex-escravizada que passa por uma série de reminiscências ao contar sua resistência e diáspora por meio da travessia em viagem da África para o Brasil. Na esperança de encontrar o filho perdido, Kehinde relata sobre sua vida, em meio às opressões vivenciadas. Dessa forma, a história é constituída como romance histórico por destacar os fatos da História dos escravizados, do seu cotidiano unidos pelo vigor constante de luta contra normas impostas.

Tal contexto envolve questão da representação do povo negro, abordando dores e a luta contra as várias formas de opressão e escravização no Brasil refletidas em suas identificações na narrativa. O texto justifica-se por se desenvolver acompanhando o processo de formação nacional, representando a mulher negra, situada no contexto do Brasil colonial, e seus vários modos de representação africana com destaque para o lugar de fala de uma voz feminina que era silenciada.

Esse lugar que é observado como contracolonial, termo utilizado por Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), é identificado na voz da narradora Kehinde, (uma representação ficcional inspirada em Luiza Mahin, mãe de Luís Gama), na qual passa por diversas lutas em sua trajetória de resistência.

Nêgo Bispo explica que, "o contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender." (Santos, 2023 p. 58). Essa prática de defesa e oposição às normas coloniais é observada na narrativa de *Um defeito de cor,* em que a protagonista, e os demais irmãos simbolizam diferentes condições de resistência e experienciam momentos singulares de uma trajetória marcada por episódios de luta, alegria, tristeza, medo, coragem e submissão.

São personagens ora associados ao universo da subalternidade, ora considerados fortes por lutarem pela sua independência. Pelo fato de revelar os saberes comunitários nas vivências, recusando de forma ativa a colonização ao focar nos modos de vida próprios, seja firmado na ancestralidade, ou na coletividade, reagindo contra as ações do sistema colonial. Como proposto pelo quilombola Nêgo Bispo, os sujeitos da obra em estudo se defendem de forma ativa.

As características pessoais de cada um dos personagens são expostas no decorrer das ações através das várias temáticas abordadas no romance, narradas pela extensão de 950 páginas, que refletem a história negro-brasileira contada a partir da perspectiva feminina. Em relação à estrutura, o romance é dividido em dez capítulos, a narrativa é em primeira pessoa, expressa no gênero carta escrita por Kehinde (Luiza Mahin) já idosa, cega e à beira da morte, no final do século XIX em que os capítulos são compostos com epígrafes ou provérbios africanos de forma a introduzir as rememorações de uma trajetória de oito décadas.

10.47250/forident.v43n1.p157-171

A escritora Ana Maria Gonçalves foi eleita recentemente para a Academia Brasileira de Letras (ABL), conquistando um espaço que, em 128 anos de história, jamais havia sido ocupado por uma mulher negra. Assim ela integra em novembro de 2025 a cadeira de número 33, que pertencia ao imortal Evanildo Bechara.

Gonçalves é natural de Ibiá (MG), nascida em 13 de novembro de 1970, tem formação em Publicidade e deixou a área para se dedicar à literatura, vindo no ano de 2002, para morar na Ilha de Itaparica, Bahia, local em que escreveu *Um defeito de cor,* mas seu primeiro romance foi *Ao lado e à margem do que sentes por mim* (2002), obra editada de forma independente. Em 2006, pela Editora Record, é publicado *Um defeito de cor*, eleito o melhor livro da literatura brasileira no século XXI pela Folha de S. Paulo.

Para desenvolvermos a nossa análise crítica, estabeleceremos uma relação com os estudos de Santos (2023); Ribeiro (2019); Quijano (2010); Mbembe (2018); Gomes; Plácido (2022) e outros. Para tanto, objetivou-se destacar como as práticas contracoloniais relatadas por Kehinde, são construídas por relações e manutenção de modos de vida próprios, sobretudo manifestadas pelas suas forças e resistências representadas por um modelo com características históricas e ancestrais.

Por fim, além da introdução, o artigo está dividido em duas seções: a primeira aborda como a ação contracolonial é desenvolvida na obra e a segunda destaca o despertar da consciência da ação ativa organizada pelo coletivo para que vários irmãos negros sejam libertos, após as duas seções temos as considerações finais.

A ação contracolonial em *Um defeito de cor*

A contracolonialidade, termo propagado por Nêgo Bispo, como já comentado, é uma prática de defesa de si mesmo e não aceitar o processo de colonização que ainda perdura nos dias atuais como um sistema discriminatório conhecido como colonialidade, termo proposto por Quijano para caracterizar as mazelas que o período colonial deixou.

Na obra *Um defeito de cor,* a ação contracolonial é desenvolvida com a luta pela libertação. A protagonista Kehinde tem a atribuição de desenvolver junto a outros irmãos as ações contracoloniais. Dessa forma, a narração consegue trabalhar os aspectos históricos, envolvendo a narrativa desde a saída de africanos/as que foram raptados da África até o Brasil.

O contexto histórico é desenvolvido pela voz de uma mulher negra que revisa a formação histórica do Brasil, com resistência ao contexto colonial, essa revisão se desdobra como um exercício de reescrita do passado, proporcionando uma versão da mulher como sujeito, presente nas ações da personagem feminina que transgride a violência naturalizada pelos colonizadores.

10.47250/forident.v43n1.p157-171

Na análise do romance, destacam-se as estratégias narrativas de incorporação do discurso histórico e do posicionamento feminista, que problematiza ao explorar técnicas de ficcionalização da história a partir da visibilidade do lugar de fala da mulher e do reconhecimento da importância da força do trabalho feminino para a colonização do Brasil a fim de reforçar o espaço literário como um local de revisão histórica a partir da ação contracolonial desenvolvida no enredo.

Esse novo olhar para a história, inserindo mulheres como protagonistas, é muito importante para ampliarmos os sentidos de luta feminina desde as origens no Brasil colonial, principalmente nas ações para a libertação da escravização. Como recorte, para este artigo, será analisado o processo de reconsideração histórica da condição da mulher no período colonial, dessa forma, acerca do romance histórico, os estudiosos afirmam:

> No romance histórico de autoria feminina, a subjetividade por trás do cotidiano de mulheres anônimas é escolhida como uma porta para que possamos adentrar compartimentos que estavam fechados, mas ainda estão cheios de arquivos da opressão, que, apesar de violentos, precisam ser desengavetados, para que possamos debater sobre problemas de gênero que se estendem à contemporaneidade (Gomes; Plácido, 2022, p. 14).

Essa apropriação da subjetividade de mulheres anônimas transforma a ficção em instrumento de acesso a experiências que ficaram fora do relato consagrado do passado. Ao eleger o cotidiano dessas mulheres como ponto de vista narrativo, a literatura não apenas resgata vidas silenciadas, mas questiona os próprios critérios que definiram o que merecia ser registrado como História.

É nesse resgate que acontece o deslocamento do olhar da grande narrativa dos vencedores para a experiência de quem viveu a opressão no corpo, caracterizando um espaço privilegiado de reflexão sobre gênero, raça e classe na literatura contemporânea. O silenciamento nos mostra que a violência histórica contra as mulheres não desapareceu, ela foi arquivada e mantida sob controle patriarcal, desse modo cabe à literatura reabrir essas gavetas para que o leitor confronte o que preferiu esquecer:

> Esse tipo de silenciamento teve como desdobramento o apagamento da figura feminina das cenas históricas, narradas pelo princípio do heroísmo masculino e por práticas discursivas que desclassificam e estigmatizam a mulher. Nesse sentido, a história foi sendo o lugar de legitimação do poder masculino (Gomes; Plácido, 2022, p. 18).

Tal legitimação do poder masculino vem sendo enfraquecida em meio às conquistas femininas e ao surgimento de várias escritoras que estão descolonizando a raiz do sistema patriarcal, como comprovam os estudiosos na citação: “ao fo-

10.47250/forident.v43n1.p157-171

carem no resgate de mulheres silenciadas, muitas escritoras e historiadoras, entre outras, têm se voltado para reverter esse apagamento nas últimas décadas. No caso do romance histórico, essa revisão é explorada por meio de estratégias estéticas" (Gomes; Plácido, 2022, p. 19).

Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves, ilustra com precisão esse movimento de resgate. O romance recupera uma subjetividade negra e feminina que a historiografia tradicional do Brasil jamais registrou com profundidade, dessa maneira, a narrativa funciona desengavetando, por meio de pesquisa histórica, a voz narrativa feminina, dando aos documentos oficiais experiência que eram tratadas sem representação.

Esse resgate do passado não é um exercício de memória, mas um modo de contemplar os problemas de gênero que permanecem na contemporaneidade. Ao expor como o controle sobre o corpo, a voz e a autonomia das mulheres foram historicamente legitimadas, o romance histórico de autoria feminina evidencia continuidades e não apenas rupturas entre passado e presente.

Nesse sentido, a obra *Um defeito de cor*, dialoga com narrativas de Conceição Evaristo, Ana Miranda, Maria José Silveira, Eliane Cruz e outras que também recuperam vozes femininas marginalizadas, sejam elas negras ou não, reforçam a ideia de que revisitar o passado é uma estratégia política para debater o presente.

Um exemplo de aspectos contracoloniais é identificado no romance *Desmundo,* da escritora Ana Miranda. A narração conta a história de meninas órfãs que vieram de Portugal para o Brasil para se casar com os portugueses e evitar a miscigenação, contudo, elas se rebelam contra as normas impostas, nesse enredo, "o leitor acompanha, assim, não apenas a dura travessia oceânica, mas também os efeitos das imposições religiosas, sociais e patriarcais que atravessam e marcam profundamente a experiência dessas jovens" (Plácido; Gomes, 2026, p. 181).

Um defeito de cor tem uma narradora que se desdobra em posições, ora como escravizada, ora como mulher liberta que pretende libertar outros escravizados. O enredo narrado em primeira pessoa, demanda uma análise do jogo entre a objetividade e a subjetividade do ponto de vista da narradora de como ela articula ações contracoloniais para revisar ações coloniais articuladas a partir do lugar de fala da mulher negra.

A narração que inicia em Savalu, reino do Daomé, na infância de Kehinde/Luíza passa por sua vinda no navio negreiro para o Brasil e, nesse território, apresenta passagens em Itaparica (Bahia), no Rio de Janeiro e no Maranhão. Na Bahia, a personagem é comprada pelo senhor José Carlos Gama e na ilha de Itaparica passa a ser escrava de companhia da sinhazinha Maria Clara. Aos 12 anos fica grávida após sofrer estupro. Após anos trabalhando como escrava de ganho em Salvador, compra sua alforria.

doi 10.47250/forident.v43n1.p157-171

Para Eurídice Figueiredo (2020, p. 162), essa luta da protagonista destaca "seu dinamismo e sua força vital são proporcionais aos percalços que a sociedade escravista lhe impõe". A estudiosa comenta ainda que "Kehinde, com sua resiliência, conseguirá superar o trauma do estupro" (Figueiredo, 2020, p. 163). Essa questão demonstra que a personagem consegue superar ações coloniais violentas como a violência do estupro. Esse foi um impulso a mais para não aceitar ser subordinada, ao amenizar seu trauma, ela luta pela sua libertação de forma que transgrede os percalços impostos pela escravização.

Os registros históricos expostos por uma revisão literária desenvolvem a identificação da obra com o passado, relacionando com o presente de modo a retratar personagens escravizados que assumem posicionamento central. Nesse sentido, Gonçalves "narra a história que se deu no passado de modo que seu romance atualiza a narrativa, colocada agora em circulação" (Figueiredo, 2020, p. 164).

A relação da literatura e história é bem organizada na obra de modo a refletir sobre o posicionamento e o lugar de fala que a mulher negra ocupa durante os principais momentos históricos e sociais ocultos durante séculos no Brasil. Nesse sentido, o resgate de trajetórias silenciadas, ajuda a reafirmar o protagonismo da mulher negra na construção histórica do país, se tornando instrumento de resistência. Desta forma, a escritora Ana Maria Gonçalves:

> faz uma longa pesquisa, que se pode perceber pela bibliografia de mais de 50 títulos citados no fim do volume, a fim de reconstruir acontecimentos que dão substância a sua fabulação. Além das obras de história e antropologia, verifica-se a presença de outras obras literárias que a inspiraram na construção dos ambientes e personagens (Figueiredo, 2020, p. 164).

Essas pesquisas feitas pela escritora nos fazem relacionar história e literatura na obra identificando aspectos precisos para que assim possam se revelar as ações importantes ocorridas no passado que não foram expostas por não serem consideradas relevantes. Tal revisão incluiu inúmeros sujeitos considerados sem direitos e marginalizados pelos textos hegemônicos. Nesse escopo, são incluídos os romances de autoria feminina, os quais procuram romper com um processo de ocultamento de mulheres negras na história do Brasil.

A obra retrata práticas contracoloniais dos escravizados, suas forças e resistências, nesse contexto, algumas ações contracoloniais acontecem na obra; a primeira é quando Kehinde não aceita ser batizada: "Em terras do Brasil, eles tanto deveriam usar os nomes novos, de brancos, como louvar os deuses dos brancos, o que eu me negava a aceitar" (Gonçalves, 2020, p. 63). Esse contexto é observado no início da narrativa quando a personagem chega ao Brasil e se nega ser batizada e a ter um novo nome, essa primeira negação da prática colonial pela personagem

10.47250/forident.v43n1.p157-171

retrata o que pode ter acontecido com alguns escravizados que se negavam a seguir normas patriarcais.

A imposição da religião católica efetivava a colonização e com isso era vista como símbolo máximo de religiosidade com um modelo cristão centrado em tradições ancestrais, é importante relatar um aspecto histórico sobre o posicionamento dos escravizados em resistir à religião imposta, pois ora aceitavam os novos princípios, ora os rejeitavam, porque essa doutrina entrava em conflito com as tradições africanas: "saí correndo pelo meio dos guardas. Antes que algum deles conseguisse me deter, pulei no mar. [...] Ir para a ilha e fugir do padre era exatamente o que eu queria, desembarcar usando o meu nome, o nome que a minha avó e a minha mãe tinham me dado" (Gonçalves, 2020, p. 63).

Ao observar a citação, a protagonista utiliza de uma estratégia para fugir da imposição que era imposta aos escravizados, o que identifica como contracolonial, ou seja, se contrapõe a norma opressora. A ação ativa de rejeitar ser dominada para assumir uma outra religião, linguagem e outro nome, identidade e assim ser "aceita" no meio social do Brasil é um fator que também é identificado em outras cenas como, a participação de Kehinde na alfabetização de crianças, quando conversa e convence as mães a deixarem seus filhos na escola a pedido do Padre Heinz ou quando ela compra sua própria alforria e em seguida passa a ajudar de maneira financeira nas fugas.

A fuga, além de ser resistência, caracteriza-se como prática contracolonial, pois a personagem se opõe a aceitar ser dominada pelo colonizador. Dessa forma, a obra destaca que a narrativa tinha como objetivo expor a união e luta do povo preto pela igualdade. Desse modo, "tínhamos que nos unir e lutar pelo nosso direito de sermos iguais aos brancos" (Gonçalves, 2020, p. 123).

A união também pode ser apontada pela voz da narradora vinda da própria Igreja, por meio do padre Heinz que em muitos contextos da obra é relatado como aquele que ajudava em algumas fugas dos escravizados que sofriam opressões, além disso, procura ajuda de Kehinde para que ela pudesse convencer as mães a deixarem os filhos na escola, uma forma contracolonial de tornar essas crianças sabedoras do conhecimento e assim poderem no futuro superar a escravização:

> O padre Heinz gostaria de montar uma escola para crianças, uma escola que as ensinasse não apenas a ler e a escrever, mas também a brincar e a acreditar na esperança de ser alguém, apesar das condições em que viviam. Ele nem queria falar em fim da escravatura, mas em meios de suportá-la melhor, pois o preto com um pouco de conhecimento era mais valorizado e tinha maiores chances de comprar a alforria. O padre Heinz disse que eu era exemplo disso e que minha participação como professora seria muito importante. Acredito que ele tenha falado professora para me agradar, mas sabia muito bem em que eu seria mais útil em um problema que nunca imaginei que enfrentaríamos,

10.47250/forident.v43n1.p157-171

> o de convencer as mães de que a escola era boa para seus filhos. A maioria delas nem queria saber de conversa, alegando que letras não enchiam barriga de ninguém, que era muito melhor que seus filhos permanecessem como estavam, nas ruas, fazendo pequenos trabalhos e tomando um rumo na vida, apesar da pouca idade. Era aí que eu entrava, porque, apesar de o meu sucesso com as vendas dos cookies não estar relacionado a saber ler e escrever, ou não muito, eu inventava uma história qualquer que ligasse uma coisa à outra, e assim conseguíamos vencer as resistências (Gonçalves, 2020, p. 292).

Nesse trecho, é identificado duas ações importantes: uma do padre, que quer ajudar as crianças a ter conhecimento e pede ajuda de Kehinde para convencer as mães, a outra ação é observada pela voz da personagem que possui um lugar de fala conquistado pela luta contra as opressões que vivenciou, como o estupro desde criança, assim, ao ir de encontro aos aspectos da colonização, ela impede que outros irmãos passem por certas discriminações.

É com o contato com os muçurumins (malês) que a insurgência da personagem se torna mais resistente, esses negros muçulmanos lutavam também pela sua liberdade com a consciência de que precisavam ter igualdade de direitos, com isso, Kehinde começa a participar das reuniões que tinham como intuito organizar a maior revolta abolicionista, conhecida por Revolta dos Malês. A sua participação foi uma forma de lutar pelo seu povo, pois "a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um 'lar', perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social" (Mbembe, 2018, p. 27).

Para se opor à condição imposta ao escravizado, como abordado por Mbembe, os negros se utilizaram de possibilidades diversas para descolonizar ações coloniais e dizer que não aceitavam mais aquela condição de vulnerabilidade e discriminação que viviam, sem direito a nada. Desse modo alternativas de insurgências contra o sistema colonial foram pensadas e assim surgiu a idealização da Revolta dos Malês.

A voz feminina que narra a história é de uma mulher que tem representação ativa e o objetivo de vencer junto com seu povo, após conseguir sua alforria, a protagonista ajuda os irmãos escravizados, homens ou mulheres rompendo assim com atitudes dos colonizadores, donos de escravos que não davam aos escravizados o direito a uma vida livre.

De acordo com Fanon (2008, p. 84): "o problema da colonização comporta não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições". As atitudes dos colonizadores eram cruéis, contudo Kehinde procurava ajudar de todas as formas, uma delas era ajudar financeiramente nas fugas de escravizadas/os: "Para a fuga, dei a ela alguns mil réis

10.47250/forident.v43n1.p157-171

para que tudo fosse muito bem providenciado, e disse que, se precisasse de mais dinheiro, era para falar comigo" (Gonçalves, 2020, p. 345-346). Com essas práticas a personagem se sentia feliz, pois tinha a consciência de que precisava mudar aquela situação.

O despertar da consciência do lugar de fala de uma ação ativa

A revolta contra as ações cruéis da colonização foi o despertar da consciência de que Kehinde precisava para lutar contra as mazelas impostas aos escravizados, é assim que ela ostenta seu lugar de fala, em que uma voz feminina era silenciada, mas que não se permitiu render-se à condição de vulnerabilidade que lhe era imposta.

A sua conscientização de que devia lutar de forma ativa pela independência dela e de seus irmãos acontece quando observa as fugas constantes na fazenda ou os sofrimentos que alguns escravizados passavam diante de todos quando iam para o tronco e eram castigados. Nessa passagem, identifica-se essa questão:

> Olhando para um deles, que tinha tombado perto de mim, o corpo caído de costas e se debatendo, meu peito foi ficando apertado com a visão do riozinho de sangue, ao mesmo tempo em que nascia uma revolta muito grande pela nossa condição. Apesar da pouca idade, acho que foi naquele momento que tomei consciência de que tinha que fazer alguma coisa, pelos meus mortos, por todos os mortos dos que estavam ali, por todos nós, que estávamos vivos como se não estivéssemos, porque as nossas vidas valiam o que o sinhô tinha pagado por elas, nada mais (Gonçalves, 2020, p. 144).

A vida de sofrimento que os escravizados passavam não permitia a eles terem o direito a nada, eles viviam para realizar o trabalho na fazenda, no engenho e suas vidas só valiam o pagamento do seu senhor, desse modo as práticas cruéis realizadas no período colonial foram identificadas como estado de exceção como destaca Mbembe (2018, p. 35): "as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da "civilização".

Não havia controles e nem garantias para os sujeitos escravizados, o que eles vivenciavam era a subalternização, violência e exploração dos colonizadores, além da morte daqueles que insurgiam contra as normas por meio de fugas ou outras ações como observado na citação e em outras partes da narrativa: "Foi a primeira vez que vi alguém ir para o tronco, e aquilo aumentou ainda mais a minha vontade de conversar com os muçurumins, aqueles que não achavam justa a vida que estávamos levando" (Gonçalves, 2020, p. 124).

10.47250/forident.v43n1.p157-171

Em meio à exposição das práticas coloniais de opressão, a voz da protagonista vai relatando não só os sofrimentos e o modo de civilização proposto como estratégia para manter a escravização, mas também o seu desejo de mudar a realidade que vivenciava. Para Fanon (2008, p. 104), os pretos tiveram "sua metafísica, seus costumes e instâncias de referência abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta". Kehinde e outras escravizadas/os resistem às imposições com o tempo, aprendendo a ler, escrever, com lutas, incentivando outros irmãos, resistindo às circunstâncias opressoras que vivenciavam, desse modo: "essas mulheres podem ter aprendido a extrair das circunstâncias opressoras de sua vida a força necessária para resistir à desumanização diária da escravidão" (Davis, 2016, p. 24).

A resistência às opressões como estupro sofrido e falta de direito de exercer suas crenças é desenvolvida quando ela tem contato com outras formas de pensar acerca da liberdade, é no coletivo que ela consegue ter esperanças de que o povo negro fosse liberto. É nesse contexto que Kehinde rompe hierarquias hegemônicas, obtém dinheiro para comprar a alforria dela e do filho e ao ter uma condição financeira melhor por meio de seu trabalho, também consegue que seus irmãos melhorem suas vidas, tendo suas liberdades ao comprar suas alforrias.

Para Djamila Ribeiro, o lugar de fala "é romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com hierarquia." (2019, p. 89). Esse rompimento é identificado o tempo todo na narrativa, nas reuniões de que Kehinde participava para organizar estratégias de libertação, nas compras de alforrias, na organização de um sítio para integrar o grupo nas vigilâncias contra o tráfico de escravizados, e também para acolher pessoas em fuga:

> [...] E perguntou se eu não gostaria de ajudar nas fugas, pois o sítio poderia ser usado como esconderijo provisório, por ser um local afastado. Ela assegurou que não havia perigo algum, e eu teria apenas que dar o consentimento e, se possível, ajudar a prover o escravo com o que ele precisasse, roupa e comida, pelo período de dois ou três dias que ele ficaria por lá, enquanto esperava para ser enviado para o verdadeiro destino (Gonçalves, 2020, p. 389-390).

A narrativa vai nos mostrando os desbravamentos e organização dos escravizados para alcançar a liberdade, nesse sentido, cabe citar Collins "se o conhecimento vem da experiência, a melhor maneira de compreender as ideias de uma pessoa é desenvolver a empatia e compartilhar as experiências que levaram essas pessoas a ter essas ideias" (Collins, 2019, p. 414). É através da união e do compartilhamento de experiências que os negros conseguiram se organizar: "Os pretos precisavam se unir e pensar de uma maneira mais conjunta, que agindo isolados em engenhos apenas provocavam a ira das autoridades e dos senhores de escravos, que ficavam mais prevenidos" (Gonçalves, 2020, p. 379).

10.47250/forident.v43n1.p157-171

Era por meio de relatos sobre como deviam agir que as ideias sobre a organização das rebeliões e fugas eram colocadas em prática. De acordo com Davis (2016), os afrodescendentes não obtinham benefícios individuais, seus pensamentos eram voltados para a coletividade, como observado nessa citação:

> Todas as pessoas que participavam da reunião levavam a sério o problema dos escravos em geral, e pensavam não apenas em conseguir a própria liberdade, mas a de todos, sabendo que mais valia a inteligência do que a força. Mesmo porque inteligência era algo que os senhores de escravos não imaginavam que fôssemos capazes de possuir (Gonçalves, 2020, p. 238).

É por meio da união dos escravos, pelo objetivo de conquistar sua liberdade, que identificamos na narrativa o despertar da consciência ativa desenvolvida pelo coletivo, "no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos não se trocam, se compartilham" (Santos, 2023, p. 36).

A partir de compartilhamentos que Kehinde ajuda no que for necessário e passa a participar das reuniões para organização da Revolta dos Malês, demonstrando ações de enfrentamento e ocupando espaços para trabalhar com o coletivo, mostrando solidariedade em torno do objetivo de ter a liberdade de ser e existir, é dessa maneira que "desde muito tempo, as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzidos discursos contra-hegemônicos" (Ribeiro, 2019, p. 57), como identificado na citação:

> Por onde passávamos, eu sentia os outros pretos nos olhando como se quisessem dizer que estávamos todos juntos, que eles sabiam que éramos um deles. O Suleimane estava muito confiante, e apontava os carregadores de cadeirinha dizendo que seria a última vez que veríamos aquela cena, que olhássemos bem à nossa volta e prestássemos atenção a todos os trabalhos e humilhações a que os pretos eram submetidos, porque os dias de escravidão estavam acabando (Gonçalves, 2020, p. 517).

A voz de Kehinde ecoa na narrativa, denunciando como as práticas contracoloniais foram desenvolvidas nas revoltas para a libertação, as mulheres negras, além de guerreiras nas batalhas, também foram líderes que ajudavam com ideias de que o negro deveria ter o direito de ocupar o lugar que lhe era negado, assim a personagem "achava que eles tinham todo o direito de lugar pelo que nunca deveria ser negado a um ser humano, a liberdade." (Gonçalves, 2020, p. 289).

A participação na rebelião evidencia que a personagem por meio de sua voz nos revela que ela, outras mulheres e outros negros demonstram: "mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistências" (Ribeiro, 2019, p. 57).

10.47250/forident.v43n1.p157-171

Esse processo de resistência pode ser observado na narrativa quando o coletivo passa a agir em busca do seu objetivo: "e tomamos a rua, batendo nas portas das casas, avisando aos companheiros que a rebelião já tinha começado" (Gonçalves, 2020, p. 525). No contexto da Revolta dos Malês, a protagonista tem uma participação primordial de resistência ao participar da rebelião, seja como participante ou encorajando os negros a não desistirem: "Já éramos muitos, mas também era grande a quantidade de pretos desertando, e eu tentava convencê-los a continuar" (Gonçalves, 2020, p. 526).

A resistência negra, como observado nas citações, por meio do coletivo, assume múltiplas ações ao longo da narrativa de Gonçalves, por não se limitar a fuga e a confrontos, a protagonista se organiza em torno de práticas comunitárias, tecendo redes contracoloniais que garantiam a sobrevivência do grupo, evidenciando que a resistência se constrói na partilha de valores e memórias ancestrais. Essa dimensão coletiva se manifesta na manutenção de expressões religiosas, funcionando como espaços de reafirmação identitária e de reconexão com a ancestralidade.

A narração constrói uma representação complexa e matizada da resistência negra, na qual a comunidade se torna sujeito coletivo da própria história, capaz de resistir, reinventar-se e reexistir diante da violência estrutural, "dessa forma, acredita-se que a aproximação entre literatura e história não apenas enriquece as análises do passado, como também amplia os sentidos dos episódios históricos por meio de sua ficcionalização" (Plácido; Gomes, 2026, p. 183).

Ao recriar experiências, sentimentos e perspectivas antes ausentes da narrativa histórica hegemônica, a literatura humaniza o passado e possibilita uma leitura crítica das relações de poder que moldaram os registros oficiais. Assim, a obra de Gonçalves se insere numa tradição literária que reconhece na ficção um instrumento legítimo de produção de conhecimento histórico, capaz de preencher lacunas, questionar os silêncios e propor outras formas de memória. Dessa maneira, essa articulação entre literatura e história reafirma o papel da arte como espaço de resistência e reparação simbólica, na medida em que devolve protagonismo a vozes historicamente marginalizadas.

Nesse processo, a ficção não se opõe ao registro histórico, mas atua como um espaço complementar de reflexão, dessa forma "a narrativa literária tem como um de seus principais interesses a representação do mundo, ampliando a compreensão da realidade por meio de múltiplas expressões capazes de abarcar os fenômenos humanos e suas inter-relações, atribuindo-lhes novos sentidos" (Plácido; Gomes, 2026, p. 184).

Ao articular elementos como enredo, personagem, tempo, espaço e voz narrativa, o texto ficcional constitui um espaço privilegiado de reflexão sobre identidade, memória, alteridade e conflito social, revelando-se como instrumento de

10.47250/forident.v43n1.p157-171

conhecimento legítimo. Essa capacidade de representação inscreve-se em um contexto histórico, cultural e ideológico específico, o que faz da literatura também um campo amplo de visões de mundo. Nesse sentido, a narrativa configura-se como um dispositivo simbólico capaz de problematizar, ressignificar e ampliar a compreensão do sujeito acerca do mundo, consolidando-se como objeto central dos estudos literários contemporâneos.

Por fim, a prática contracolonial que é a não aceitação de um contexto de várias violências vivenciadas é desenvolvida através da força do coletivo, de acordo com Krenak: "é importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros" (Krenak, 2020, p. 27). A ação de contar uns com os outros, a união proposta pelos negros na obra história de Gonçalves é vista como prática de resistência contracolonial, pois os negros juntos lutaram até o fim pela sua liberdade.

Considerações finais

Para concluir, este artigo demonstrou a relevância da literatura negra-brasileira como ferramenta essencial para uma perspectiva contracolonial em busca do direito de ser livre. Ana Maria Gonçalves ao escrever 950 páginas de uma história de luta histórica do povo negro, nos presenteia ao reconstruir uma revisão na narrativa sobre a vida de Luíza Mahin pela voz da protagonista Kehinde, demonstrando o coletivo, a força e coragem de sujeitos que habitavam um contexto vulnerável de desprestígios sociais.

Ao romper com estigmas e estereótipos historicamente construídos, essa narrativa subverte os processos de exclusão social, pois ao revisar acontecimentos que identificam um Brasil colonial e opressor, a narrativa destaca práticas da contracolonialidade que culminaram na Revolta dos Malês, uma forma de não aceitação da escravização. Portanto, vimos que a narrativa destaca processos de resistência e com isso discutiu-se como Kehinde expressa a contracolonialidade ao desafiar normas hegemônicas, dando voz aos sujeitos marginalizados, e como ela se torna uma heroína diante de tantos contextos violentos que vivencia.

Por meio de resistência estratégica (a recusa em ceder à religião do invasor – negando o batismo europeu), iniciando as ações para a Revolta dos Malês, planejando de forma ativa para subverter as práticas opressivas contra a escravização de maneira insurgente, ou comprando alforrias para ajudar à irmandade, identificamos diversas práticas contracoloniais expostas na narrativa pela voz da protagonista Kehinde.

Dessa forma, ao utilizar os pensamentos de uma postura contracolonial proposta por Nêgo Bispo, ressaltamos que essa discussão se tornou mais precisa,

10.47250/forident.v43n1.p157-171

porque essa leitura ressignificou o olhar e lugar da pesquisa negro-brasileira, evidenciando o que emerge desses espaços literários que é a criação de conhecimento. Portanto, afro se afirma como prática estética e política, para mostrar ações que visam revisar um contexto opressor e recriar realidades de um contexto violento e vulnerável, a fim de possibilitar novas perspectivas para os sujeitos que vivem à margem. Nesse sentido, "a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos" (Kilomba, 2019, p. 68).

É por meio dessa nova forma de discursos que permite os espaços e ações do povo negro que podemos imaginar mundos e desse modo, "cabe inspirar a nossa geração neta para que ela se defenda da geração neta dos decoloniais e dos colonialistas" (Santos, 2023, p. 53). Assim, é por meio da literatura que essa inspiração pode ser concretizada, pois se abrirá um contexto preciso de conscientização que venha a descolonizar formas de domínios hegemônicos dentro dos contextos literários assim como em outros espaços sociais, como forma de abrir questionamentos em torno do lugar de fala, da condição de escuta e assim legitimar vozes silenciadas.

Referências

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: EDFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Por uma crítica feminista**. Porto Alegre, Zouk, 2020.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 7ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Carlos Magno; PLÁCIDO, Elane da Silva. O resgate de vozes femininas no romance de Maria José Silveira**. Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], v. 14, n. 27, 2022. DOI: 10.35520/flbc.2022.v14n27a47646. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ flbc/article/view/47646. Acesso em: 15 set. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

10.47250/forident.v43n1.p157-171

PLÁCIDO, Elane da Silva; GOMES, Carlos Magno. Os deslocamentos femininos no romance histórico de Ana Miranda. **Revista Anual de Estudios Literarios** vol. 30 - n.º 32 - Año 2026 e-ISSN: 2610-7902 e-Depósito Legal: Me2018000066 Disponível em: https://doi.org/10.53766/CONTEX. Acesso em: 15 set. 2026.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

10.47250/forident.v43n1.p157-171